

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ- UESPI
CAMPUS PROF. ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

DÊNIA KAROLINE MAGALHÃES SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTAR PREPARADA
PARA RECEBER OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

PARNAÍBA

2011

Catlogação na Fonte

Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central - UESPI

S586e SOUSA, Dênnia Karoline Magalhães

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A Importância da Escola Estar Preparada Para Receber os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais./ Dênnia Karoline Magalhães Sousa – Parnaíba, 2011.
49p.

Monografia Apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí, 2011.

Orientador: Prof. Mestre. Cleidivan Alves dos santos.

01. Acessibilidades, 02. Educação inclusiva,
03. Escolas Regulares, 04. Professores Capacitados,
05. Tecnologia Assitiva.

CDD – 371.9

DÊNIA KAROLINE MAGALHÃES SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTAR PREPARADA
PARA RECEBER OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao programa do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia como pré-requisito para obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Profº Msc. Cleidivan Alves dos Santos.

Biblioteca UESPI - PHB
Registro Nº m 636
CDD 371.9
CUTTER S 586.2
2011 V _____ EX. _____
Data 02 102 112
Visto _____

DÊNIA KAROLINE MAGALHÃES SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTAR PREPARADA
PARA RECEBER OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em Pedagogia, como pré-
requisito para obtenção do título de Licenciado
em Pedagogia.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o Msc. Cleidivan Alves dos Santos – UESPI/ Parnaíba
Orientador

Prof^a Ana Paula Freitas da Cunha – SEDUC/ Parnaíba
Examinadora externa

Prof^a Kelly Cristina Vaz de Carvalho - UESPI/Parnaíba
Examinadora interna

Dedico esse trabalho, aos meus pais, Airton e Raimunda, por dedicarem grande parte de suas vidas em minha educação;

A minha querida avó, Francisca Maria, grande exemplo de mulher forte e vitoriosa;

Às professoras, Ana Paula Freitas e Maria de Jesus Marques Silva, por me mostrarem que a serenidade e a ética educacional, só vem a somar, na vida de um educador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, aos meus familiares, que sempre se fizeram presentes na minha labuta educacional;

Em especial, aos meus poucos e grandes amigos, que mesmo muitas vezes distantes, estiveram em meus pensamentos como um alicerce;

Aos professores, que se dispuseram seu tempo para a realização dos questionários, dando relevância a este trabalho monográfico;

Agradeço a um ser, o qual avisou de forma simplória, que o dia da minha conquista acadêmica estava próximo;

Ofereço carinhosamente, à professora Maria das Dores Oliveira Hudson, que na minha tão grande inexperiência como educadora, teve a paciência e a generosidade de oferecer seus ensinamentos valiosos;

A professora Maria Aurioneida por ter sido tão receptiva, conselheira e humilde, ao tentar repassar seus conhecimentos;

Em especial, a um homem de generosidade ímpar e com um coração de criança, que sempre teve seu olhar voltado para os excluídos, e que inspirou-me a ser uma pessoa mais humana;

Ao professor Francisco Muniz Maranguape, pela sua generosidade educacional;

À banca examinadora, por me prestigiar com suas presenças, na pessoa de Cledivan Alves dos Santos, Kelly Cristina Vaz de Carvalho e Ana Paula Freitas da Cunha.

A educação de um país pode ser medida pela
forma de como são tratadas seus animais.

Mahatma Gandhi

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo investigar se as escolas públicas de ensino regular Parnaibano estão aptas para receber um aluno com necessidades educativas especiais, enfocando principalmente a capacitação dos professores, espaço físico, processo de acesso de alunos especiais e principalmente a acessibilidade, visto que esses aspectos em um ambiente educacional inclusivista deve estar presente no convívio diário de qualquer educando para melhor desempenho cognitivo e de psicomotricidade. Para a fundamentação teórica do assunto em pauta como estudo reflexivo utilizamos das contribuições de Sasaki (1997), Feltrin (2007), Beyer (2010) dentre outros . Desse modo embasando o conhecimento sobre a inclusão, mostrando assim que só dentro de um contexto adaptado é possível assegurar condições para que haja uma inclusão mais efetiva, portanto olhar para a educação inclusiva como um desafio trata-se primeiramente de quebrar paradigmas antes convictos, haja visto que a palavra educar é multifacetada por isso não especifica somente um tema, nela o estudo não pode ser visto por partes. A acessibilidade deve ser garantida a qualquer aluno dentro do espaço escolar principalmente para a locomoção e desenvolvimento social assim o professor passa a ser somente um mediador didático como ferramenta compensativa validando a idéia de que o aluno com necessidades educativas especiais possam então estar interagindo por si só em momentos importantes que a escola tanto prioriza.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Educação inclusiva. Escolas regulares. Professores capacitados. Tecnologia assistiva.

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate whether the regular education public school in Parnaíba city are suitable to receive a pupil with special education needs, focusing primarily on teacher's capacity, space, process access to special students and especially accessibility, since these aspects included educational environment must be present on any student's daily life for a better cognitive performance and psychomotricity. For theoretical bases of the subject matter and use of reflective study it was researched some of Sasaki (1997), Feltrin (2007), Beyer (2010)'s works, among others. This way, supporting the knowledge about inclusion, showing that only within a changed context conditions can be ensured that there may be a more effective inclusion, so look for inclusive education as a challenge it is to primarily break paradigms before confident, knowing that the word education is multifaceted so it doesn't specifies only one subject, study cannot be seen separately. Accessibility should be guaranteed to any student within the school space mainly for locomotion and social development, so the teacher becomes a facilitator only as teaching satisfactory tool making possible the idea that students with special education needs can get along by themselves in important moments in which are priorities in school.

KEY-WORDS: Accessibility. Assistive technology. Inclusive education. Regular schools. Trained teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – OS PERCURSOS GALGADOS NA PESQUISA.....	12
1.1 O perfil da pesquisa e o que a cerca.....	12
1.2 As instituições e o seu contexto como fonte de pesquisa	15
1.3 Especificando à pesquisa	16
1.4 Interlocutores da pesquisa.....	17
1.5 Análise dos dados	18
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTAR PREPARADA PARA RECEBER OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	19
2.1 A historicidade da inclusão escolar	19
2.2 A inclusão e suas múltiplas perspectivas	22
2.3 Discutindo a complexidade da educação especial	24
2.4 Tecnologia assistiva como recurso inclusivo.....	29
2.5 Adaptações de escolas comuns para efetivar à inclusão.....	31
2.6 A formação dos professores para a proposta da educação inclusiva	32
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS: O REVELAR DA PESQUISA	35
3.1 O educador com aptidão sobre a necessidade de incluir	35
3.2 Capacitação para o atendimento educativo especial.....	36
3.3 Questionamentos sobre à inclusão de alunos com NEE em salas regulares.....	37
3.4 A oferta de capacitação no município de Parnaíba.....	38
3.5 Critérios para o acesso de alunos com necessidade educativas especiais nas escolas de ensino regular.....	39
3.6 A preocupação das escolas em inclusão e acessibilidade andarem juntas.....	40
3.7 O ambiente escolar não se resume somente a sala de aula	41

3.8 A importância de se ter um professor auxiliar em sala de aula como apoio as práticas inclusivas	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	48
ANEXO	55

INTRODUÇÃO

A inclusão, desde os primórdios do tempo, foi vista com maus olhos, ignorada e até expurgada do meio humano. Atualmente, porém, ela tem tido seu momento, diante das mudanças políticas, mostrando assim, sua relevância social, principalmente no contexto escolar, em se tratando de relações humanas. Desse modo, os valores foram colocados, os mais próximos possíveis, das pessoas.

Além da meta de escolarização de crianças de classes populares, fenômeno típico desse recente momento da historia humana, passa a ser defendida a meta de que a escola deve atender a todas as crianças, inclusive aquelas consideradas "diferentes", em função de deficiência ou desvantagens várias (BAPTISTA, 2009, p.7).

Pesquisar sobre a inclusão só vem a acrescentar grandes contribuições para a sociedade contemporânea, mostrando a esta que se tem sempre como ponto de partida, o querer fazer, o querer incluir, e principalmente desmistificar, que não existem condições de se inserir pessoas com necessidades especiais, nas comunidades como um todo.

Foram nos grandes centros acadêmicos, que se formaram os pensantes sobre a inclusão, e é inegável a grande relevância que essas instituições têm trazido, de modo a somar, por meio de suas idéias, realizadas diante de tantos caminhos já traçados, e que ainda irão ser trilhados acerca desse assunto.

A Pedagogia hoje, talvez seja umas das áreas mais completas, dentro das licenciaturas, já que traz consigo o estudo de várias problemáticas. Por isso, se faz necessário estar em constante pesquisa, para de certa forma, contribuir como estudo pedagógico, pois somente através da coletas de dados é que se podem identificar os avanços das falhas metodológicas, utilizando-se atos didáticos mais coesos.

Ser pedagogo não é somente dinamizar um assunto e pensar que o limite é este, mas, sobretudo, que a soma que traz uma pesquisa para o currículo profissional se torna pequeno, diante da satisfação pessoal, enquanto educador, principalmente, em se tratando de um tema multifacetado como a inclusão, pois nos propicia um leque de olhares mais efetivo, diante do problema. Dessa forma, também evita o deturpamento de informações que chegam aos nossos ouvidos, sem falar que nos torna mais aptos a falar e discorrer com veemência, sobre o assunto em pauta.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar se as escolas públicas da rede municipal de Parnaíba estão, de fato, preparadas para receber alunos com necessidades educacionais

especiais. A partir disso, observar os espaços físicos das escolas; verificar se os professores foram preparados para receber alunos com necessidades especiais; e avaliar como se dá o processo de acesso das pessoas especiais na escola.

Constitui-se como questão norteadora, toda a inquietação de saber como estão os ambientes escolares, que são receptores de alunos com necessidades educativas especiais, ou seja, se as escolas públicas de ensino regular estão adequadas, para que haja acessibilidade. Isso, porque falar em inclusão, sem haver acessibilidade, a exemplo, do cadeirante, um excluído, que muitas vezes não conta com no mínimo, uma rampa de acesso para se locomover, sem proporcionar ao educando, que este possa está inserido nos vários momentos, oferecidos por uma instituição.

Desde o início do curso de pedagogia, me sinto reflexiva diante da abordagem do tema inclusão, por ter observado quão grande era o desenvolvimento de uma criança com alguma deficiência, caso fosse trabalhada adequadamente, cada uma de suas especificidades, dentro de uma sala de ensino regular. Até então, tudo é meramente teoria, o que encontramos nos livros, que fazem parte da vida acadêmica. Este olhar, ainda não muito claro, se há ou não inclusão de fato, deixa-me instigante a pesquisar sobre a temática, sempre focando em direção aos espaços escolares, ao processo de aprendizagem e à capacitação profissional.

O presente trabalho monográfico tem a seguinte estrutura: uma introdução, em que abordamos, de forma geral, o tema a ser pesquisado; três capítulos, onde o primeiro consta da metodologia aplicada na pesquisa, sua descrição, seus procedimentos e objeto de estudo; o segundo capítulo trata da fundamentação teórica, de modo a prevalecer os teóricos, que foram utilizados para o desenvolvimento do assunto, com o intuito de contextualizar a complexidade, que envolve essa temática; o terceiro capítulo, em que mostramos os resultados da pesquisa, juntamente com a análise desses dados, obtidos através das respostas dos sujeitos colaborados, e adquiridas pelo uso do questionário; e para finalizar, temos as considerações finais, onde estão presentes os aspectos que englobam o pesquisa, e o ponto de vista pessoal diante do que foi constatado.

CAPÍTULO 1

OS PERCURSOS GALGADOS NA PESQUISA

Neste capítulo será focada a metodologia da pesquisa, que contou com o uso de um questionário, por meio de uma pesquisa qualitativa, com embasamentos teóricos que enriquecerão o trabalho monográfico, caracterizando os aspectos abordados dentro do contexto pesquisado.

Para Marconi (2006, p.28), “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permitem descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade, ou para descobrir verdades parciais.

A decisão é a primeira etapa de uma pesquisa, momento em que o pesquisador toma a atitude de realizá-la, no interesse próprio, de alguém ou de alguma entidade; a segunda, ainda mais difícil, é a realização de uma pesquisa, pois exigem do pesquisador, dedicação, persistência, paciência, e esforço contínuo; e a investigação, pressupõe uma série de acontecimentos anteriores e uma metodologia adequada.

1.1 O perfil da pesquisa e o que a cerca

Neste capítulo serão citados os recursos metodológicos, assim como, as devidas abordagens contextuais, históricas, que embasam melhor a pesquisa. O referido trabalho científico é intitulado - Educação inclusiva: a importância da escola está preparada para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, e tem como objetivo, desenvolver uma pesquisa bibliográfica, de campo e de cunho qualitativo.

Uma pesquisa tem como intuito, estabelecer uma série de compreensões, no sentido de descobrir respostas para as indagações e questões, que existem em todos os ramos do conhecimento humano, ou seja, é descobrir respostas, encontradas por trás de problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos.

O delineamento da pesquisa especifica diretamente seu foco. Assim, a partir da definição do que vai ser pesquisado é que se constitui o problema em termos de verificação empírica, de modo a dar sequência à coleta e análise de dados, levando-se em consideração também, o ambiente em que são coletados os dados.

Oliveira(2004, p. 26) diz, que por trás dos métodos empíricos analíticos existe um interesse cognitivo – o do controle instrumental – que “[...] prejudga o significado de determinados conceitos, interferindo, assim, não só na construção das teorias, como também na maneira de como elas são tratadas”.

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados e revestidos de importância, capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Este estudo, por sua vez, visa ter resultados, a partir de questionários, a fim de conhecer a importância da escola como alicerce para receber os alunos com necessidades educativas especiais.

Uma pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange todo o tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, monografias, e até meios de comunicação orais, como o rádio, gravações em DVD'S e filmes. Apesar de todos os estudos exigidos para trabalhos científicos, existem ainda, pesquisas exclusivamente, a partir de fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica tem sua relevância, pois através dela, é possível fazer estudos históricos, de modo que, não haja outro meio de se ter acesso a fatos passados, senão em estudos secundários.

Segundo Pimenta (2002, p.52), a bibliografia pertinente “[...] oferece meios para definir e resolver não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Outro aspecto a ser focado é a pesquisa qualitativa, que teve seu surgimento, quando os antropólogos, estudiosos dos indivíduos, das tribos e pequenos ágrafos, perceberam dados que não podiam ser quantificados, mas sim interpretados, ou seja, exploravam o ambiente social, juntamente com a ciência humana. Esta se baseia em teorias positivistas e marxistas, e métodos, que tem como objetivo, investigar os fenômenos da relação humana, que aparentam sempre ter denominador comum, uma vez que é válido, ter pensamentos mais imparciais possíveis, pelo fato de cada questionário trazer consigo, suas particularidades, visando um olhar diferenciado do tema a ser pesquisado, com a existência de várias interpretações.

Oliveira (2004, p.64) admite, que em relação à indicadores qualitativos, há três situações:

Aquelas que substituem uma simples informações estáticas referente a épocas passadas, as que são usadas para captar dados psicológicos como atitudes, motivações, pressupostos e aquelas que são usadas como indicadores do funcionamento das estruturas e organizações complexas.

A pesquisa qualitativa é o oposto da quantitativa. Esta trata de números, gráficos, porcentagens, dando resultados únicos e precisos do que foi estudado. A qualitativa se desenvolve, através de uma história vivida pelo participante, por isso, muitas vezes é nomeada ainda, como pesquisa de campo ou construtivista.

Aos olhos modernos, esse método de pesquisa qualitativa pode até parecer algo mais atual, mas o que se sabe, é que as primeiras tentativas feitas com a referida metodologia, vieram aparecer na Revolução Francesa, com René Descartes; na Revolução Inglesa, com Francis Bacon; e na Revolução Industrial, entre os séculos: XVII e XVIII. Somente no século XX ela veio, de fato, presenciar marcos históricos, e ser utilizada, em ciências como a antropologia, por exemplo, em que busca meios de aprofundar os conhecimentos sobre os grupos humanos, de maneira a atender às práticas diárias. Na década de 90 se solidificou, pois visou trabalhar à realidade social, embasada por teorias.

A escolha em fazer o uso da pesquisa qualitativa, vem do grande interesse em chegar o mais próximo possível, da realidade das escolas da rede municipal de ensino e dos professores que trabalham com necessidades educativas especiais, de modo que permita conhecimentos mais aprofundados, já que a pesquisa vai direto à fonte de quem convive e trabalha com esse tipo aluno: os educadores.

Caso seja usada como abordagem qualitativa, tem que se levar em conta, o caráter ético, pois a finalidade não é constranger ninguém, por isso identificaremos os pesquisados e às escolas percorridas, por meio de nomes fictícios, devido o resultado dessa pesquisa, se tornar pública, em sua conclusão. Além disso, a mesma servirá como fonte de pesquisa para outros acadêmicos, que se sintam instigados pela temática da inclusão escolar.

Considerando que toda realidade é movimento, e que o movimento é universal são assumidas, formas quantitativas e qualitativas, necessariamente ligadas entre si, e que se transformam umas nas outras. As mudanças qualitativas não são graduais, mais rápidas e súbitas, operando por saltos, de um estado a outro; essas mudanças não são contingentes, mas necessárias, como uma pesquisa não numérica.

A pesquisa qualitativa científica traz em seu entorno, várias vantagens aliadas ao pesquisador, pois se torna fácil identificar quando o partícipe está sendo omissos em relação as suas respostas.

A análise retórica incorpora “os três mosqueteiros” da persuasão: o logos, o pathos e o ethos. O logos se refere à lógica do puro argumento, e os tipos de argumentos empregados. O pathos se refere aos tipos de apelo e reconhecimento dado à audiência, levando em consideração a psicologia

social das emoções. O ethos abrange as referências implícitas e explícitas na situação de quem fala, que estabelece sua legitimidade e credibilidade no falar o que está sendo dito. Deveríamos, portanto, pressupor que toda apresentação dos resultados de uma pesquisa é um conjunto dos três elementos básicos da persuasão, na medida em que os pesquisadores querem convencer seus pares, os políticos, as agências de financiamento ou mesmo seus sujeitos de estudo, da autenticidade e importância dos seus achados. No contexto de se comunicar os resultados da pesquisa, o ideal científico de um relatório de pura racionalidade argumentativa, sem pathos ou ethos, é uma ilusão (KIRX, 1996, p.28).

O método qualitativo é visto com certa autonomia, em relação a outros tipos de pesquisa, dentro do processo histórico. A ciência e a retórica tiveram, através de conciliação. De acordo com Kirx(1996), a significação da retórica se dá, como um conjunto de regras relativas à eloquências, isto é, a concordância entre o que se tem escrito, e a sua significação, diante dos diversos processos e modelos de abordagens científicas, faz a retórica assumir seu papel de destaque.

1.2 As instituições e o contexto como fonte de pesquisa

As instituições onde ocorreram as pesquisas localizam-se em Parnaíba, cidade litorânea de clima quente e seco, com aproximadamente 200.000 habitantes, localizada no estado do Piauí, e considerada a segunda maior cidade, ficando atrás apenas, da capital Teresina . Possui monumentos históricos, como o Porto das Barcas, que também é conhecido como Porto Salgado, em que antigamente ancoravam grandes embarcações, trazendo o sal, na época importante no comércio.

Nesse município, havia a criação de gados em fazendas, e destaca-se, pela existência de grandes escritores, conhecidos internacionalmente, a exemplo de: Fontes Ibiapina, Assis Brasil, Alcenor Candeira e o historiador Diderot Mavignier. Este, por sua vez, traz em seus escritos, louvação pela princesa do Igarapu (como era conhecida a cidade), e tenta atualmente, através de suas lutas, elevar cada vez mais a importância deste lugar.

A primeira escola a ser pesquisada está situada no centro comercial, e é composta por um vasto ciclo de funcionários, funcionando à Educação Infantil, o Ensino Fundamental menor e o maior, nos turnos manhã e tarde, entretanto, já funcionou no período noturno, com aulas para à EJA.

No que diz respeito a sua estrutura, a referida instituição é composta por dez salas, sendo: uma biblioteca, uma cantina, uma sala dos professores, auditório, pátio e área de esportes. Ela era, em tempos antigos, muito prestigiada no seu ensino, por ter sido da rede

privada e da rede estadual, contudo, hoje é mantida com convênios da prefeitura, e por isso, é pedida uma taxa por aluno, assim como alguns funcionários são remunerados, por essa verba. Possui um espaço pouco inclusivo, salas muito lotadas, ausência de rampas de acesso, e professores sem capacitação para trabalhar a inclusão.

A gestão tradicional, em vários momentos pedagógicos, principalmente em questões com alunos com necessidades educativas especiais, dificulta o entrosamento do aluno e do professor. A escola recebe auxílio do programa Quali Escola e Mais Educação.

Ela objetiva dar conteúdos programados e ter altos índices de aprovação no fim do ano e na Prova Brasil, desse modo, desmerece o propósito de formar também cidadãos.

O segundo colégio é referência, por receber alunos com necessidades educativas especiais. Situado na zona urbana, e de fácil acesso, é vista por muitos, como diferenciada, pelo ótimo atendimento nos aspectos mais importantes da inclusão, pois têm rampas de acesso, banheiros adaptados com corrimão, pias e bebedouros modificados, professores capacitados. É composta por doze salas, sala de recursos, secretaria, diretoria, funcionando nos três turnos, e sendo uma das escolas mais antigas, mas que passou por adaptações, na medida do possível, aos moldes inclusivistas para atender alunos com necessidades especiais.

Já a terceira instituição, tem em sua característica, o trabalho com projetos bimestrais. Ela está situada na zona urbana desta cidade, e trabalha em ritmo pedagógico de escola particular. Funciona em prédio onde pertenceu à casa do pai da diretora, e devido a isso, ainda é muito bem conservado, contando com Educação infantil e Fundamental menor, nos turnos manhã e tarde. Sua metodologia de ensino busca ensinar o educando, de forma humana, com uma gestão criteriosa e ética, professores sempre muito cobrados pelas suas didáticas diárias.

Quanto à estrutura, possuem quadra de esportes; cantina; biblioteca; salas pequenas, e pouco arejadas e com super lotação. A educação é mesclada com vários segmentos.

1.3 Especificando à pesquisa

O método de pesquisa utilizado, para enriquecer esse trabalho, será o questionário, que tem como técnica, a investigação composta por um conjunto de questões, submetidas às pessoas, com o propósito de obter informações, como foco principal de coleta de dados. Ele é constituído por uma série ordenada de perguntas abertas, que devem ser respondidas de maneira subjetiva e sem a presença do entrevistador. Juntamente com o questionário, vai anexada uma carta, explicando à natureza da pesquisa, os objetivos e a necessidade de obter às informações, tentando despertar o interesse do sujeito participante.

Marconi(2006) complementa, dizendo que:

Assim a construção de um questionário precisa ser reconhecida como procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para a verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas, apresentação do questionário e pré-testes do questionário (MARCONI, 2006, p.121).

A elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Deve-se levar em conta, em sua organização, os tipos, a ordem, e os grupos de perguntas. É necessário que o pesquisador saiba bem o assunto, para poder validar às respostas adquiridas.

Neste trabalho científico desenvolvemos um questionário reflexivo, sobre o tema: educação inclusiva, voltado para o contexto escolar. Essa modalidade de pesquisa foi escolhida, por deixar mais à vontade o indivíduo, no momento em que for questionado para responder às perguntas. Acreditamos que esse modelo de pesquisa é o mais ideal, pois ao relatar através das escritas dos seus depoimentos, existe maior possibilidade de desenvolver os conteúdos, isso porque também está atrelado, ao contexto qualitativo.

Existem situações de pesquisas, que envolvem conotações qualitativas, na opinião de vários cientistas sociais, em pelo menos três aspectos:

Situações em que se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística pós dados qualitativos. Isto se aplica, principalmente, quando se trata de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação em que observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais, em que se manifesta a importância de uma abordagem qualitativa para efeito de compreender aspectos psicológicos (OLIVEIRA, 2004, p.117)

Os questionários aplicados com os professores eram compostos por dez perguntas, sendo duas fechadas e oito abertas. Nestas, continham os objetivos da pesquisa, como a formação de professores, acessibilidade e o processo de acesso dos alunos com necessidades educativas especiais, dando mais ênfase à coleta de dados.

1.4 Interlocutores da pesquisa

No que se refere aos participantes dessa pesquisa científica, dos cinco questionados, apenas um tem pós-graduação concluída, e três estão terminando suas especializações em

educação especial e psicopedagogia. Estes, em momento algum, mostraram resistência em responder aos questionários, de modo que suas respostas estavam condizentes, com as perguntas propostas.

A faixa etária dentre os professores é de 25 e 40 anos, e ambos trabalham dois turnos. Todos os educadores participantes da coleta de dados foram selecionados, e antes de tudo, pesquisados, para saber se tinham o perfil que era objetivado.

Em um primeiro contato mais informal, a maioria dos professores deixaram bem claro, sua insatisfação pela presença de alunos com necessidades educativas especiais, em sua sala de aula. Eles reclamaram o fato de não ter outro professor complementar, que os auxiliassem, e também devido à pouca capacitação, escassez de material lúdico, e principalmente, da grande jornada de trabalho diário, não sobrando tempo para fazer e realizar um planejamento pedagógico mais coeso, com a inclusão. Diante disso, fica então perceptivo, a infelicidade dos educadores em relação a essa modalidade de ensino.

Por questões éticas decidimos não expor a identificação dos participantes desta pesquisa.

1.5 Análise dos dados

Com o propósito de conhecer melhor o tema pesquisado, investigamos, através das seguintes análises:

- Aptidão com o ensino inclusivo;
- Capacitação para o atendimento;
- A inserção de alunos com NEE em salas regulares;
- Acessibilidade como um todo;
- Espaço físico especializado;
- A visão do corpo administrativo perante a inclusão;
- Necessidade de se ter um professor auxiliar;

Os pontos apresentados acima, se mostram como recursos utilizados para a análise e reflexão dos dados, que serão apresentados no capítulo III, deste trabalho monográfico. No capítulo seguinte, será feito um aprofundamento sobre o que cerca a temática estudada.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA ESTAR PREPARADA PARA RECEBER OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

2.1 A historicidade da inclusão escolar

Na sociedade antiga e moderna, sempre se criaram padrões de ser e de se comportar, e os que fugissem deles, seriam considerados excluídos. Na escola, essa realidade não muda, pelo contrário, é no espaço educacional, que se mostra a indignação multifacetada da exclusão.

Em tempos remotos, na escola tradicional era pregada à igualdade de oportunidades a todos os educandos. Mas nem sempre se cuidou de todos os alunos como se cuidassem de um só, deixando de lado, as especificidades de cada um. Essas escolas, utilizaram práticas pouco plausíveis do tipo separar os alunos melhores, dos piores, ou então deixavam que a separação viesse acontecer naturalmente.

Sabe-se historicamente, que o atendimento escolar especial aos alunos com necessidades educativas especiais teve início no Brasil, na década de 50 do século passado. Em 12 de setembro de 1954, em que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, foi fundada pelo imperador, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial intitulado: Meninos Cegos. Durante esse período foram intitulados vários institutos, nos quais criaram-se neles, oficinas de sapataria, encadernação, e pontuação para os meninos surdos.

O Brasil, em relação as políticas públicas, tem se mostrado em evolução, porém ainda um pouco tímido, se comparado a outros países como a Itália, por exemplo, onde a inclusão é a diretriz para as políticas educacionais, em modo amplo e generalizado, desde a década de 70.

A atual LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu capítulo V, artigo 59, que trata da educação especial, e explicita em destinar aos alunos com NEE, um atendimento educacional que lhes assegure:

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos;
- terminalidade específica;
- professores com especialização adequada;

- educação especial para o trabalho;
- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais complementares;
- ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais.

As legislações mais úteis são aquelas que reduzem os obstáculos e permitem a visibilidade; isto é, que cada um possa desenvolver –se também, isto parece paradoxal a própria postura ambivalente, que comporta tanto a aceitação quanto a negação. E permite que se descubra que esta mesma postura ambivalente está evidente em quem apresenta um handicap, permitindo portanto, o afastamento dos estereótipos.[...] Não é uma lei que garante o sucesso, porque qualquer realização da integração escolar passa pelo filtro de posturas individuais que contém a ambivalência decida (ROSA, 2002, p.44-45).

Toda essa questão de inserir crianças excluídas na sociedade e na escola partiu, a pouco mais de 100 anos nos países europeus, e só depois de décadas chegou ao Brasil. Teve suas exceções, quando se falava em crianças com deficiências físicas e intelectuais, pois para os pensantes da época elas eram consideradas “não educáveis, de modo que existia uma contradição, quando se falava em escolas para todos.

A educação na antiguidade era vista como um privilégio, em que somente os ricos poderiam ostentar aquela formação, o que significava glória e poder dos intelectuais, em alguns momentos da história está letrado era visto como ascensão social, ou seja, os filhos do povo jamais estudariam, apenas os filhos da burguesia tinham uma formação técnica, que se restringia ao comércio.

Nos Estados Unidos, desde 1970, defende-se que é necessário criar uma educação que venha atender os alunos com necessidades educativas especiais em turmas regulares, mas desde que haja algum método para esse tipo de atendimento tão complexo. Na Europa, alguns valores tiveram suas ênfases no que se refere a inclusão, permitindo aos cidadãos, sejam quais forem, possibilidades de acesso e qualidade de vida, visto que a educação especial não se limita apenas à escola: a sociedade também tem sua parcela de responsabilidade.

Somos sabedores, enquanto educandos, que antigamente as crianças que nasciam com algum problema genético eram queimadas. Platão e Aristóteles tinham como certo, a idéia de eliminar as crianças fracas. Em Atenas e Esparta, cidades gregas, nem existia lei, como também eram julgados ao genocídio.

Para Martin Luther - o protestante - era melhor matar, pois para ele, essas pessoas com deficiência eram “crianças monstros”, e também, aberrações da natureza, que muito menos lembravam à imagem e semelhança de Deus. Na maioria das vezes, eram massacrados e

rejeitados pela própria família, na qual os mantinham enjaulados, acorrentados como animais selvagens, à mercê de qualquer tipo de atenção adequada. Nessa época, não se tinha a curiosidade que muitos teóricos têm hoje, quando se fala em inclusão, que são específicos e únicos de cada ser humano.

A inclusão veio a surgir, quando se percebeu que teoria e prática não estavam andando na mesma sintonia com a realidade de alguns alunos, e ao longo das últimas décadas a “inclusão como temática” tem estado nos grandes debates políticos e acadêmicos, em função de expressivos seminários, artigos, dissertações, teses, entre outros. O que se constatou foi que ao longo dos tempos, nos mais distintos períodos ocorreram acanhadas iniciativas de atendimento educacional, (como e o caso do cuidado com Vitor de Aveyron, “o menino lobo”, na França por Jean-Marc Itarde). LIMA (2006), chega a afirmar, que o sistema de educação especial fracassou, e que se impõe a necessidade do estabelecimento irreversível de um paradigma pedagógico de integração.

É válido ainda citar, que até nos decretos mais antigos, a inclusão era vista como fator importante. Podemos mencionar a promulgação do Decreto 3.298, de 1999, onde no artigo 19 fala do direito do cidadão brasileiro com deficiência às ajudas técnicas. O texto exhibe, em parágrafo único, as ajudas técnicas como itens de direito:

- I- Próteses auditivas, visuais e físicas;
- II- Órteses que favoreçam a adequação funcional;
- III- Equipamentos e elementos necessários á terapia; e reabilitação da pessoa portadora de deficiência;
- IV- Equipamentos, maquinárias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;
- V- Elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal e a segurança da pessoa portadora de deficiência;
- VI- Elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência;
- VII- Equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência;
- VIII- Adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e autonomia pessoal;
- IX- Bolsas coletoras para os portadores de colostomia (BRASIL, 1999).

Todo e qualquer processo traz consigo muitas implicações, e é justamente por isso, que se torna desafiador, o que cerca a inclusão. É sabido sobre a existência de possibilidades para os educadores e educandos, contudo, as perspectivas de investimentos têm sido mantidas. A atual sociedade tem construído um processo inclusivo, produzindo exclusão, contudo essa situação pode ser mudada, com o avanço do humanismo e do conhecimento da diversidade.

Tais ações devem ser simultâneas. Uma delas é a campanha contínua de esclarecimento ao público em geral, aos alunos e familiares das escolas comuns e especiais, aos professores e as autoridades educacionais. É indispensável o “treinamento dos atuais e futuros professores comuns e especiais. Esses treinamentos deverão focar os conceitos inclusivistas, como autonomia, independência, equiparação de oportunidades, inclusão social, modelo social da deficiência, rejeição zero, e vida independente” (SASSAKI, 1997, p.9).

Sassaki (1997, p. 36) elenca as fases educacionais, para pessoas com necessidades educativas especiais em exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Ao explicitar cada uma, o autor diz que na fase de exclusão, nenhuma atenção educacional foi direcionada às pessoas com deficiência. Na segregação institucional, havia a exclusão da sociedade e da família. Seguindo a fase de integração, surgiram então, às classes especiais, dentro de escolas comuns, finalizando a atual inclusão, que veio com a implantação de escolas e classes inclusivas, que tiveram como pioneiro nesse modelo de educação, os países desenvolvidos, como: os EUA, o Canadá, Espanha e a Itália.

2.2 A inclusão e suas múltiplas perspectivas

A questão dos diferentes, é um assunto que não tem fim, e as diferenças, em geral, são sempre vistas como um lado negativo. Para muitas pessoas, falta consciência de que ser diferente é uma condição humana, e ainda sim, alguns são vistos pelos ignorantes de informação, como “anormais”. Os diferentes precisam de atendimento específico, e vale lembrar, que é a escola que deve adequar-se aos NEE, e não estes se adequarem a ela.

A inclusão sempre terá que ser algo continuamente estudado, para que não deixemos cair em palavras deslizantes. Nietzsche nos lembra que “as verdades são ilusões, mas só em admitirmos esses pensamentos, já deixamos de ser omissos quanto a realidade da inclusão.

Todas as instituições educacionais devem estar providas de recursos humanos e materiais, que permitam na prática à inclusão, isto é, a sociedade, os professores e a escola, serem mediadoras de situações, em que o aluno com Necessidades Educativas Especiais – NEE - se sinta acolhido, e principalmente, valorizado.

O princípio da inclusão apela para a educação inclusiva que pretende de um modo geral, que todos os alunos, com as mais capacidades diversas, interesses, características, possa aprender juntos, que seja dada atenção ao seu desenvolvimento global (acadêmico, socioemocional e pessoal), que se crie um verdadeiro sentido de igualdade de oportunidades para todos) que vise o sucesso escolar (PIMENTA, 2002, p.125).

Incluir é muito mais complexo, do que estar dentro de uma sala de aula regular, sendo possível perceber isso, quando o professor depara-se com situações, onde ele não foi preparado.

Mas o que se pode fazer para mudar uma escola? É fato, que teoricamente se tem pensado muito em proporcionar uma educação mais consistente, e para isso acontecer é preciso que haja suplementos, condizentes para cada aluno com necessidades especiais educativas, e que tudo não pode partir do individual, mas sim, do coletivo, incluindo a comunidade local.

O que podemos perceber hoje são escolas que têm perdido o verdadeiro foco do que é educar, pois a maioria das instituições acaba limitando-se apenas, em adestrar para as competições, e não para exercer, de fato, sua cidadania. Dessa forma, a escola tem a função, de inserir o indivíduo na vida social, econômica e cultural. Ela é uma mediadora de suma relevância na vida dos estudantes.

Admitir que somos diferentes, é necessário, pois, que a sociedade tenha que nos colocar em situações, onde saibamos conviver com as diferenças. Há quem diga que, a diferença e diversidade não existem. Contrariando esse pensamento, foram então criadas às escolas especiais, classes especiais, dentro de escolas regulares, e logo após, veio o conceito de inclusão, misturando alguns “diferentes” aos normais, dentro de uma mesma sala de aula.

É preciso lembrar que cada aluno é único, por isso, a inclusão é muito mais ampla do que qualquer capacitação de professor ou adequação de um currículo escolar. Portanto, não se pode partir do geral, mas sim do específico, quando falarmos de alunos com necessidade especiais de ensino. O professor tem que ser conhecedor do processo educacional desses alunos, para que não torne tão difícil, seu trabalho como educador, pois cada vez mais, as responsabilidades específicas desses profissionais estão sobrecarregadas.

Perguntamos, muitas vezes, porque os profissionais de outras áreas sempre contam com um auxiliar, e o professor que lida diariamente com salas superlotadas, não contam com esse tipo de auxílio, já que é dentro da sala de aula, que também se preparam os futuros profissionais. Todo o esforço de se reestruturar um sistema escolar, não deve ser responsabilidade somente do professor, e muito mais especificamente, quando nesse ambiente escolar, estiver presente um aluno com necessidades educativas especiais.

A educação inclusiva descreve o através do qual a escola tenta responder a todos os alunos enquanto indivíduos reconhecendo reestruturando a sua organização curricular e a provisão e utilização de recursos para melhorar a igualdade de oportunidades. Através desse processo a escola constrói a

sua capacidade aceitar todos os alunos que desejam frequentar, provenientes da comunidade local e, fazendo isso, reduz a necessidade de excluir alunos.(BEYER,2010 p.113)

De maneira geral, ao entrar na escola, o aluno pode encontrar um modelo de atendimento, que tenha determinados componentes: conhecimento do aluno, para que a escola tenha a possibilidade de estabelecer estratégias de não rotular e nem segregar o planejamento adequado às necessidades do aprendiz; e a intervenção preventiva, que visa minimizar às dificuldades do aluno, nas quais entram em cena, todas as atividades do dia-a-dia da escola.

2.3 Discutindo a complexidade da educação especial

Os alunos com necessidades especiais, desafiam a escola de ensino regular, em relação ao seu objetivo de ensinar, de como ser trabalhado didaticamente o assunto explanado diariamente. Esses alunos têm suas peculiaridades, e é na sala de aula, onde acontece o maior desafio que a inclusão encontra.

A inclusão por se só, enquadra-se nas diversas necessidades, então, como trabalhar os alunos com necessidades intelectuais, já que sua capacidade cognitiva é a mais comprometida? Mais uma vez, nos deparamos com escolas que mantêm o modelo conservador de ensino, e uma gestão autoritária e centralizadora. Desse modo, as escolas aumentam e agravam às dificuldades de estarem atendendo, de fato, um aluno com necessidades especiais.

Se as instituições regulares de ensino, não se adequarem aos alunos, de acordo com suas especificidades, a exclusão como um todo, só aumentará, surgindo cada vez mais, um distanciamento das escolas regulares. Segundo Lima e Vieira (2006, p.17) “Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento”.

É necessário que a escola reveja e recrie suas práticas, porque adaptações são de suma relevância, desde que não seja para individualizar, pois assim, estaria indo contra os valores e diferenças.

Verificar se os professores foram preparados para receber alunos com necessidades especiais nas grandes pesquisas, já são de praxe, todavia, as respostas são sempre as mesmas. O professor precisa ter oportunidades para interagir com os alunos, e os apoiarem continuamente, devendo ter início no ambiente da sala de aula, utilizando o repertório natural

de experiências do educador com habilidades, a fim de assegurar que todos os alunos participem e sejam incluídos.

Essa tarefa não é tão difícil, quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já tem muito conhecimento das habilidades que eles precisam para ensinar, o que lhes falta é confiança em sua própria competência (BAPTISTA, 2006, p.25).

Isso acontece em parte, por causa da falta de oportunidades de treinamento, capacitação especializada, apoio aos professores de alunos, em salas de aula com necessidades especiais e participação de um consultor visitante, cujo trabalho é o de facilitar a troca de informações e ideias, e não o de oferecer soluções imediatas, da maneira esperada: o papel do consultor, é sobretudo, o de assessor, capacitado a oferecer orientações que ajudem às pessoas a resolver problemas e a encontrar soluções .

Assegurar que os professores recentemente qualificados, tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo e de escolas inclusivas é o melhor investimento que se pode ser feito em longo prazo.

Quando se discute à respeito de uma escola, lembra-se logo de um estabelecimento, no qual estão: professores, alunos e outras pessoas que lá trabalham. Essa mesma escola tem como sua função, inserir alunos, que antes estavam excluídos de seu interior.

Há um conjunto de características que uma escola inclusiva deve englobar, a saber: um sentido de comunidade e de responsabilidade, liderança, padrões de qualidade elevados, colaboração, mudança de papéis por parte dos profissionais de educação, disponibilidade de serviços, parceria com pais, ambientes de aprendizagem flexíveis, estratégias de aprendizagem baseadas na investigação, novas formas de avaliação, participação total, desenvolvimento profissional continuado (RITA, 2006, p.140).

As escolas estão mais adeptas ao cenário da inclusão, assim, esquecem ainda, a parte física, onde historicamente alunos têm sido escolarizados, em ambientes restritivos e segregados. Atender alunos em finais de corredores, não lhes garante o exercício da cidadania plena, no entanto, inserir esses educandos com necessidades especiais, em turmas de ensino regular, como “figurantes”, não corresponde ao paradigma da educação inclusiva.

Para muitos educadores e pais, a escola ainda é vista como um espaço de ensino, centrado no que o professor transmite. Ela tem o papel de concretizar na sua intencionalidade educativa, mais do que o simples fazer. Parte de instituições educacionais, em que se recebem alunos com necessidades educativas especiais, assegurar a garantia ativa no processo social cotidiano, principalmente em sala de aula.

Avaliar como acontece o processo de inclusão, durante o acesso dos alunos com necessidade especiais é de suma relevância, desde que haja uma grande equipe de educadores, preocupada em discutir a aprendizagem, o desenvolvimento e a prática pedagógica, dentre outros. Esta metodologia apresenta-se como as mais efetivas, permitindo trabalhar aspectos teóricos e práticos em tese.

Para haver um acesso digno de um aluno com necessidades educativas especiais é importante que a escola faça uma pré-avaliação, que servirá como descoberta do estágio em que se encontra, e qual acompanhamento clínico estão sendo feitos. Acredita-se que, os alunos com deficiência devem ser atendidos por profissionais competentes, e altamente classificados, no caso das concepções de inclusão no âmbito escolar.

Observa-se, que muito se tem feito na sociedade e no âmbito escolar como um todo, primeiramente através dos próprios estudiosos em inclusão, de que pessoas com necessidades especiais, se forem trabalhadas adequadamente, estarão aptas a serem inseridas em nosso meio social, não se restringindo apenas, a espaços educativos, mas sobretudo, a grande empresas, universidades, até porque vem quebrar preconceitos, enraizados na sociedade preconceituosa, os quais na maioria das vezes, está atrelado a ignorância, por parte das pessoas não conhecedoras dessa abordagem.

As informações, estão cada vez mais próximas. O que falta são os subsídios para que haja, de fato, como colocar em prática, as muitas perspectivas que giram em torno das múltiplas e amplas necessidades, que envolvem a inclusão.

A LDB prioriza o educando, com necessidades especiais em salas regulares, e o que se vê muito, porém, são os nossos alunos, segregados no canto de uma sala superlotada, onde muitas vezes, os professores não têm preparo nenhum. Além disso, não possuem ajuda de um auxiliar, mas também tem uma parte negativa, conseqüente de os professores rejeitarem essas pessoas, que na maioria das vezes, são crianças.

Esses docentes vivem de educação, e não para a educação. Ser pedagogo é também ter amor a profissão, e não somente tomar frente de uma sala. Ser professor é dá abertura para ser próprio, nas mais diversas facetas educacionais.

O querer é também um meio de viabilizar, para que se consiga inclusão. Nosso querer é múltiplo, e frequentemente indiferenciado, como lembra VENTURA (2004, p.129) “Até existem muitos querereres quando falamos de inclusão, o problema é que muitas vezes os mesmos não andam juntos com os sistemas”.

É imprescindível que nós discutamos a precariedade da oferta de atendimento, responsabilidade da gestão de recursos educacionais, que condicionem qualquer iniciativa inovadora, diferenciando a ação entre escolas inclusivas e não inclusivas.

Não nega-se o fato, de que muito se tem feito, em relação a tudo que envolve à inclusão, primeiramente tem-se falado mais abertamente desse assunto, pela mídia televisiva, pois exerce papel importante, com propagandas não pejorativas e até mesmo na atual obrigatoriedade, em ter um cidadão com necessidades especiais, em todas as empresas. É indispensável, contudo, que haja acessibilidade; aliás, inclusão e acessibilidade não podem andar separadas. Neste aspecto, entra a parte física das instituições educacionais, nos meios de transportes urbanos, nos bancos, nas ruas, nos estabelecimentos, supermercados, tendo somente uma convivência mais concreta, possibilitando que essas pessoas possam exercer sua cidadania.

Ventura (2004 p.91) diz, que a acessibilidade é a quebra de barreiras atitudinais que começa dentro de cada um de nós, na forma como sentimos e lidamos com as diferenças dentro da nossa própria família, no nosso trabalho e na nossa comunidade. Se o lugar de convivência das crianças com deficiência é o mundo que todos participamos, por que isolá-las no período de aprendizagem escolar? Nós temos coisas em comum, mas do contrário sabemos da necessidade gritante, de saber lidar com as limitações de cada um.

Sem nenhum tipo de discriminação sexual, racial, regional [...] A escola desempenha nas sociedades um função central, instruindo uma moralidade solidaria, tolerante, uma moralidade que procura, que busca, desesperadamente a construção de igualdade racial entre os homens e as mulheres, uma igualdade baseada em critérios de solidariedade, de justiça, de liberdade, de respeito (FELTRIN, 2007 p, 24).

Tudo que se ler e o que se noticia, leva a pensar e ter a certeza, de que é dentro da escola, que brotam os grandes e pequenos pensamentos, que podem a vir desencadear atos. É certo também, que a família tem sua função, mas é dentro da escola, que começamos a nos moldar, a nos agrupar, e a enxergar o mundo por outro ângulo, e principalmente a sermos conhecedores dos nossos direitos e deveres.

Beyer (2010. P, 207) diz que “As medidas pedagógicas não podem modificar nada basicamente, elas tem a tarefa da correção da compensação e da suavização da área prejudicada através do procedimento curativo, educativo e terapêutico”. A medicina preventiva e seus muitos tratamentos de reabilitação tem tido seu papel relevante, pois crianças com necessidades especiais, além do problema que salta aos nossos olhos, existem

por trazer uma leva de outros diagnósticos, como depressão. Esta, abre caminhos para vários problemas, ou seja, é necessária uma equipe grande para se trabalhar com essa temática tão complexa.

A exclusão é uma questão cultural, pois se formos pesquisar como as civilizações antigas e modernas viam essa modalidade nos confrontaríamos com diferentes pensamentos e métodos no contexto geral. Cada lugar tem suas peculiaridades, e mudanças são sempre contínuas, quando se enfoca a inclusão. Não se mudam coisas arraigadas e formadas, durante todo um século, por isso é viável qualquer demonstração, de se inserir nas mentes pensantes, que não se almeja a cura, mas sim, uma adequação mais coesa, na inserção de crianças especiais em salas regulares.

Fala-se em tratamento igual para todos, mas como avaliar uma criança que não tem o mesmo acompanhamento intelectual? Como fazer um planejamento? Como criar atividades iguais? São tantos os porquês a serem debatidos, e não podemos deixar de sermos realistas. As diferenças estão sempre ao nosso redor, afinal, uma verdadeira escola até o presente momento, tem se tornado utopia.

Um primeiro passo, para a condição de educação inclusiva não é ter dinheiro, e sim uma nova forma de pensar. Diante disso, podemos colocar em prática a didática, lembrando sempre que as crianças são distintas nas suas capacidades, e é nesse ponto culminante que a inclusão costuma não acontecer.

Como essas crianças não têm o cognitivo comprometido, às vezes apenas um pouco lento, as mesmas tendem a se sentir excluídas, pelos colegas da turma, por professores e até mesmo, em muitos momentos, pelo preconceito, que parte das suas próprias famílias, na figura dos pais. As crianças costumam ser cruéis com as outras, no ambiente escolar que acontecem os maiores atos pejorativos e geralmente os diferentes são as maiores vítimas.

As discussões atuais têm suas raízes muito antigas. Sasaki (1997, p.56) nos convoca a refletir sobre as direções de um fazer sintônico com o conhecimento de que, para discutirmos a educação especial, nosso ponto de partida, deveria ser aquele que propõe novamente o problema da educação.

Batendo na mesma tecla da questão cultural, quando se redige sobre a educação como um todo, é impossível que o problema de grande porte, ao menos seja adequado às condições atuais, e se ainda os erros do passado sobrevivem na modernidade, e ao mesmo tempo quando o crescimento mundial tem dado passos largos, havendo então, um paradoxo.

2.4 Tecnologia assistiva como recurso inclusivo

A TA (Tecnologia Assistiva) tem em seu conceito, não somente a restrição da sala de aula, como recurso de inclusão, mas toda a equipe da escola e o professor têm suas responsabilidades, deixando de lado as barreiras físicas escolares.

Tecnologia Assistida é uma área do conhecimento, de característica indisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e recursos que objetivam promover a funcionalidade, relacionada a atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BERSCH, 2006, p.23).

O Brasil e o Comitê de Ajudas Técnica (CAT) têm em seus objetivos principais, apresentar propostas de políticas governamentais, e parcerias entre sociedade civil e os órgãos públicos, referentes à área de tecnologia assistida: detectar os centros regionais de referência, propor criação de cursos na área tecnológica assistiva, bem como o desenvolvimento de outras ações, com o objetivo de formar recursos humanos qualificados.

A Tecnologia Assistiva é dividida em categorias: auxílio para a vida diária e prática, como talheres modificados; suporte para utensílios domésticos; barras de apoio, roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir; materiais escolares, favorecendo recorte, escrita e leitura; Comunicação Aumentativa, alternativa voltada para alunos sem fala ou escrita funcional, tendo como recursos as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (BLISS, PCS e outros).

Letras ou palavras escritas são utilizadas pelo usuário da CAA, para expressar suas questões e desejos, recursos de acessibilidades ao computador, que é composto por hardware e software, especialmente objetivado para tornar os computadores mais acessíveis, principalmente alunos com necessidades sensoriais e motoras, a exemplo de monitores especiais, leitores de texto, impressoras braile e linha braile.

Sistemas de controle de ambiente, que por meio de um controle remoto, possibilitam ajustar textos eletrônicos e executar abertura e fechamento de portas e janelas, acionados pelo sopro, dando maior mobilidade a todos os alunos, com banheiros e mobiliários; órteses e próteses, que garante ao aluno, melhor estabilidade na escrita, digitação, correção, adequação postural, neste tipo de adequação.

Faz-se necessário ter poltronas posturais, para garantir a autoconfiança e realização, de qualquer tarefa com segurança: auxílios para cegos ou para pessoas com visão subnormal,

com equipamentos que visam a independência dos alunos com deficiência visual, como consultar o relógio, usar calculadora, verificar a temperatura do corpo.

Percebe-se que inúmeros são os meios a serem levados em conta, para que haja uma inclusão facilitadora do ensino, em salas reguladoras para alunos com necessidades educativas especiais, mas as questões inclusivas nos países em desenvolvimento são muito tímidas, como é o caso do Brasil, em que se tratando de educação, deixa ainda muito a desejar, onde as políticas nacionais não tratam com seriedade, movimentos em prol de projetos educativos, priorizam quantidade, fugindo assim, do objetivo principal dos serviços de tecnologia assistiva, que tem como propósito maior, buscar resolver às dificuldades dos alunos. Ao contrário do que muitos pensam, só acarretam mais despesas financeiras para a nação, de modo que, a prevenção de qual seja o problema é sempre mais barato e compensatório, que a remediação .

No contexto educacional, as novas tecnologias servirão ao aluno e ao professor de diferentes formas e medidas. Ao aluno servirão como recurso específico, como ferramenta compensativa, ferramenta de acesso, como mediador de comunicação e facilitador. Para o professor será um suporte didático e uma ferramenta para produção de material formativa que servirá as necessidades de seu aluno, e também é valido lembrar que quando se trata de tecnologia assistiva, o ambiente e as tarefas devem ser consideradas antes de as ferramentas serem selecionadas (VENTURA, 2004 p.20).

Em alguns países, as políticas públicas não se limitam às questões médicas, e adotam modelos sociais de atendimento, dentro das escolas regulares, através de projetos, que partem de equipes nas comunidades locais. Assim, a participação do todo é forma de inclusão ativa, até porque as pessoas com deficiência querem, antes de tudo, inclusão e direitos. Nesse contexto entram às ajudas técnicas, que se tornam extremamente relevantes, existindo integração das diversas áreas do conhecimento, como a psicologia e a pedagogia.

Autonomia é a palavra, que deve sempre motivar um aluno com necessidade especial. Mas lhes faltam, por muitas vezes, o apoio e a base de sustentação para que isso ocorra, e isto significa muito mais, que dar acesso: é impulsioná-lo a desempenhar sua independência nas tarefas escolares, e possivelmente, participar da sociedade mais ativamente, cuja pretensão certamente não deve partir somente do educador de sala regular, mas também de parcerias complementares.

Com a realidade encontrada nas escolas comuns, seria muito mais fácil cruzar os braços e tomar pra si, uma incapacidade de mudança tão sensível, sem dúvida, e em sua essência, um

pedagogo, pois indiscutivelmente, ser professor é fazer da vida dessas crianças, a possibilidade de realizá-la.

2.5 Adaptações de escolas comuns para efetivar a inclusão

O processo inclusivo tem tido seus momentos plausíveis, em que a presença de crianças com necessidades educativas especiais, em escolas de ensino regular é um grande avanço democrático, porém, isso não garante a efetivação de uma política social, pois tudo é mais complexo do que salta aos olhos. Os paradigmas atuais buscam por mecanismos que minimizem a exclusão.

A legislação é bem clara quanto à obrigação das escolas de acolher todas as crianças, que se apresentam para a matrícula, entretanto, esta assistência exige várias condições para sua efetivação. As escolas devem promover rampas, banheiros, mobiliário, apoio especializado, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e de Braille (sistema de leitura e escrita, elaborado para pessoas cegas), e ainda, equipamentos que trabalhem as especificidades de cada aluno.

O Plano Nacional de Educação– PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas, para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta-se um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns de ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A sociedade, por si só, busca por uma liberdade e geralmente, essa liberdade está associada a capacidade de ir e vir, então, para uma criança cega, a dificuldade de locomoção deve ser enfrentada. Feltrin (2007, p. 24) coloca que:

Quanto maior a autonomia do sujeito, mais situado ele estará na sociedade, e já é tido como informação convicta que o espaço geográfico sendo interagido de forma correta, acrescenta pontos positivos no desenvolvimento da criança, principalmente na visão crítica do espaço social, mas a maioria dos professores em seus cursos, por não terem estudado sobre esse conteúdo, acabam não dando a devida importância ao mesmo.

A Constituição Federal elegeu como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art.1º, inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais,

a promoção do bem de todos, sem preconceitos, de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art.3º, inc. IV).

Somente a legalização, serviu para negar o acesso de qualquer pessoa com necessidades especiais em escolas regulares, e em seguida, argumentou-se sobre como acontece à prática de tal situação, principalmente na questão da deficiência mental.

A Constituição é bem explícita ao dizer que o ensino regular, não é substitutivo na escolarização, e que o atendimento especializado seja também oferecido paralelamente.

As instituições sem fins lucrativos existem por causa da sua missão. Elas existem para fazer uma diferença na sociedade e na vida dos indivíduos. Elas existem por causa da sua missão e isto nunca deve ser esquecido. [...] Teremos de examinar a missão muitas vezes, para determinar se ela precisa ser refocalizada devido a mudanças democráticas, porque devemos abandonar algo que não produz resultados e consome recursos, porque atingidos um objetivo (ROSA, 2002, p.33).

Preparar a escola, para incluir nela, o aluno com necessidade educativa especial é preciso ações pedagógicas, como sensibilização e treinamento dos recursos humanos da escola, incluindo os funcionários, de todos os níveis; reorganizar os recursos materiais e físicos; preparar a comunidade, para incluir nela o futuro trabalhador; sensibilização das empresas, entidades e órgãos da comunidade, através de palestras, exposições, visitas e principalmente, conscientizar os pais, dos alunos, para um papel mais ativo em prol de uma escola e sociedade inclusiva.

2.6 A formação dos professores para a proposta da educação inclusiva

Ao abordar a inclusão, um aspecto que precisa ser enfatizado é a formação dos professores, pelo simples fato da insegurança de se ter em uma sala regular, um aluno com necessidades educativas especiais. Há uma queixa geral, de estudantes de Pedagogia, de licenciatura, e dos professores “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiências” (LIMA, 2006, p.40).

Nas últimas décadas, direcionando mais atenção para esse fator, com cursos de modalidades, como a educação à distância e formação continuada. É válido citar, que não basta a formação pedagógica, suas concepções de inteligência humana. Precisam ser constantemente mutáveis, principalmente no processo sócio-histórico. Sasaki (1997, p. 98), diz que deve-se tentar compreender que o desenvolvimento do sujeito é revelado por

processos internos que estão em movimento, não são objetos estáticos que são alcançados conforme a idade.

A LDB (Lei n.9.394/96) afirma, em seu capítulo 50, que os educadores devem ser capacitados e especializados. Acerca desta lei surgem várias indagações sem respostas, principalmente na diferenciação sobre a educação inclusiva e educação especial. Como deveria ser a formação ou a capacitação de profissionais para uma educação inclusiva? Apesar de anos de proposta inovadoras dos avanços ideários e de projetos político-pedagógicos, ainda existem muitas instituições de ensino, que não favorecem a formação de seus professores para uma inclusão mais próxima da realidade atual.

Quando falamos da especificidade de cada deficiência ou síndrome, o professor deve atentar-se inicialmente, ao que o aluno necessita, e depois colocar em prática durante suas aulas. Ainda assim, o professor a priori, não tem como compreender todas as deficiências de seu aluno, até porque as mesmas são dinâmicas, mudam e se alteram. Portanto, é necessário retificar que o educador de alunos com necessidades educativas especiais seja humanamente disposto a promover estímulos nessas crianças, incluindo ainda à necessidade desses professores, de enxergar em outra pessoa, um sujeito com direitos à escolarização.

A insegurança de muitos professores, associada ao despreparo profissional, proporcionado por muitos cursos, é um fator que necessita ser equacionado e superado. Não se pode afirmar que a experiência direta ou a interação, com pessoas com deficiência seja um requisito prévio para o desenvolvimento do processo de inclusão em uma escola. No entanto, ela pode favorecer a eliminação de alguns preconceitos:

Devemos estabelecer desde já uma diferença entre estar preparado e estar pronto. Consideremos como exemplo a seguinte situação: uma gestante que faz pré-natal e obtém informações básicas sobre puericultura está se preparando para ter seu filho está se antecipando a uma situação. Esta situação será concluída quando ela deixar de ser gestante e estiver em contato direto com sua criança. Por mais que ela se prepare, encontrará diferenças no segundo momento o do contato direto "da prática materna". No entanto esta preparação exerce um papel importante para a mãe. É necessário na sua preparação? (LIMA, 2006, p.40).

Afirma-se que para haver uma inclusão mais efetiva é de suma relevância os professores terem atitudes na sua didática juntamente com o acesso à informação.

A legislação brasileira prevê que os todos os cursos de formação de professores, devem capacitá-los para receber, em suas salas de aulas, alunos com e sem necessidades educativas especiais, dentre os quais os alunos com deficiência.

Mais isso, não garante muito essa modalidade de ensino, é preciso primeiramente ter embasamento, não se resumindo somente à teoria, mais também a prática. Por isso, os cursos de formação, devem propiciar meios de realização, de visitas as escolas inclusivas, além de estágios obrigatórios, em instituições com crianças com necessidades educativas especiais, projetos de intervenção e principalmente, que se estabeleça contato direto com profissionais, que venham a somar desempenho prático aos problemas no contexto escolar.

Ultimamente, tem-se observado com bastante assiduidade, a preocupação dos educadores de escolas comuns, com a qualificação acerca da temática inclusivista. Isso fica bem claro, quando se propõem eventos, tendo como foco principal, a prática das melhorias nas didáticas. Deve-se levar em conta, no aprendizado cooperativo, a instrução baseada em projeto e atividade, o ensino entre os alunos de todas as idades, a educação multicultural, estabelecendo uma educação que reconheça a existência de inteligências múltiplas e de diferentes estilos de aprendizagem, além da construção do senso de comunidade, nas salas de aula.

A falta de qualificação profissional é tida como uma dos maiores motivos do fracasso, e a impossibilidade de inclusão. Três vertentes são extremamente significantes no que rodeia a capacitação de um educador: a informação, a formação de base e o conhecimento especificam, juntamente com a formação continuada.

Não se pode deixar de citar as condições de trabalho e ao salário dos professores. É necessário observar, se esses educadores têm disponibilidade de tempo, já que, na maioria das vezes tem que trabalhar em duas ou três escolas, do contrário causará impacto no objetivo principal.

CAPÍTULO 3

ANÁLISES DOS DADOS: O REVELAR DA PESQUISA

Neste capítulo é feita uma investigação, através dos conteúdos obtidos, por meio do instrumento utilizado: o questionário, com perguntas abertas e fechadas, dando uma relevância dos aspectos importantes da análise em questão.

A coleta de dados foi feita, a partir das analisadas desta técnica, com o embasamento de teóricos, a fim de haver concordância ou questionamentos contrários, provenientes dos relatos dos pesquisados. Assim, possibilitou opiniões mais coesas sobre a inclusão na escola, sendo relevantes para o referido trabalho.

Os sujeitos participantes são cinco professores da rede municipal de ensino de Parnaíba-Pi, com idades entre 24 e 45 anos, em que os mesmos possuem em seu curriculum: ensino superior completo, e três deles, especialização. Por motivos éticos, decidimos não expor a identidade dos participantes neste trabalho monográfico, e nem o nome das instituições onde os educadores ensinam.

3.1 O educador com aptidão sobre a necessidade de incluir

Quando questionados sobre estarem aptos à atender um aluno com necessidade educacional especial, os professores relataram que:

GOSTAR: Não, apesar de já ter trabalhado com alunos com necessidades especiais, reafirmo que não, ainda não estamos aptos prontamente a trabalhar com esses alunos. Foi um trabalho muito difícil. A escola, a sala, e os outros pais não estavam preparados para conviver e receber esses alunos com necessidades especiais. Atender estes alunos é um desafio que deve ser enfrentado com responsabilidade, seriedade e muito compromisso para que venham surgir bons resultados.

QUERER: Não.

FAZER: Sim.

DEDICAÇÃO: Não totalmente, pois ainda necessito de mais formação para o melhor desenvolvimento do processo de educação especial.

REFLETIR: Não.

Observando o que foi relatado sobre a primeira indagação, percebeu-se que o educador “Gostar” foi complexo, principalmente quando cita não estar prontamente apto para trabalhar com alunos com necessidades especiais.

Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no texto da Lei nº 9.394/96 artigo 59, parágrafo III, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Os professores “Querer e Refletir” compartilharam da mesma idéia, ao serem bastante certos, em sua angústias e suas problemáticas acerca da aptidão, como profissionais da educação.

“Dedicação”, por sua vez, se vê parcialmente apto, no que tange a educação inclusiva na sua totalidade. O mesmo diz ainda, que precisa de mais formação curricular. Ainda no artigo 59, parágrafo I, currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização e específicos são essenciais, para atender às suas necessidades. Segundo Feltrin (2007, p.14), “Se na natureza tudo é diverso, com uma intervenção inteligente pode-se chegar a bons resultados”. Somente, então, o educador “Fazer”, se acha apto a ter em sua sala, um aluno especial, porém não relata como se dá, essa inclusão.

3.2 Capacitação para o atendimento educativo especial

Ao serem indagados sobre a capacitação, os educadores responderam que:

GOSTAR: A rede Municipal e Estadual oferece cursos gratuitos para capacitar os profissionais para atender aos alunos com necessidades especiais, porém estes cursos de capacitação são um tanto deficientes em relação ao treino, ao termo habilitar o professor. Por isso procurei por cursos oferecidos pelo SENAI ou SENAC, de capacitação mais específica.

QUERER: Não.

FAZER: Já recebi.

DEDICAÇÃO: Não.

REFLETIR: Não.

REFLETIR: Inviável, uma vez que não é oferecido capacitação aos professores ou qualquer tipo de suporte. Desse modo, se o objetivo do governo é a inclusão dos alunos especiais, não é só colocá-los nas salas de aulas regulares que isso vai se efetivar.

Os professores “Gostar”, “Querer”, “Dedicação” e “Refletir” partilham da mesma ideia: citam o real significado da palavra inclusão; falam dos governos municipais; e principalmente sobre as contradições entre práticas e teoria. Embora a LDB tenha priorizado o atendimento educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, não implica sua obrigatoriedade. Então, se a situação atual em nosso país, não permite a generalização quanto a implementação das práticas escolares inclusivas, não pode haver, também, a obrigatoriedade de participação nas mesmas.

Somente o professor “Fazer” foi contrário as respostas dadas sobre o questionamento; o mesmo diz que esses alunos devem ser vistos como seres humanos, e que é muito válida a experiência da inclusão em salas regulares.

De acordo com Feltrin (2007, p. 67), em sua pesquisa sobre a integração dos alunos com deficiência visual em classes de ensino regular, investigou tanto o apoio que estes alunos recebiam das salas de recursos como das suas experiências de convivência com os demais, as respostas apontaram para aspectos positivos e negativos. Para Beyer (2010, p.56) “Não há como esperar que as experiências de inclusão escolar tenham sucesso, apenas porque há uma legislação a favor.

A melhor proposta pedagógica é, ainda, a educação inclusiva. Esta tem indicado várias experiências já realizadas, mas caso falte condições para o sucesso pedagógico, é melhor proceder com cuidado, já que o objetivo da educação é sempre a evolução da situação escolar da criança.

3.4 A Oferta de capacitação no município de Parnaíba

Quando interrogados sobre a capacitação, os colaboradores responderam o seguinte:

GOSTAR: Oferece, porém é muito deficiente, pois na teoria toda capacitação acontece, mas tem pouca utilidade na prática.

QUERER: Às vezes.

FAZER: Sim, especialmente capacitação em braille e Libras.

DEDICAÇÃO: Não, há uma carência de formações do município

REFLETIR: Não

É perceptível a cada pergunta indagada, que as respostas têm sempre mais aspectos negativos que positivos. Os educadores “Dedicação e Refletir” informaram não ter nenhum tipo de capacitação, especialmente voltada para trabalhar à inclusão.

Em sua fala, o educador “Fazer” diz ter sempre capacitação, principalmente em braile e libras, enquanto o “Gostar” diz ser deficiente a esse respeito. O professor “Querer” relata que às vezes acontece capacitação.

Quanto à formação de professores, os cursos iniciais e continuados, e as políticas educacionais deveriam partir das próprias escolas, pois cada instituição é conhecedora de suas necessidades. Caso não aconteça isso, pode provocar frustrações aos profissionais, envolvidos na própria comunidade escolar. Nessa perspectiva Beyer (2010, p. 78) alerta para os níveis de estresse dos professores, decorrentes da pressão do projeto da inclusão escolar.

A capacitação, especialmente na área de inclusão, não se resume apenas a cursos de finais de semana, onde a maioria da demanda é ludibriada, por mais um certificado a ser acumulado. Ela tem que ser constante e desafiadora.

3.5 Critérios para o acesso de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas de ensino regular

Questionou-se aos participantes, sobre como a escola oferece o acesso dos alunos especiais. Eles nos deram às seguintes informações:

GOSTAR: Infelizmente nenhum critério, mas sabemos que de acordo com a LDB (leis de diretrizes e bases da educação) para que a inclusão aconteça sem nenhuma perda, deve se manter em uma sala até 25 alunos com direito a um professor auxiliar. E isso não acontece também a escola precisa criar a acessibilidade para os alunos com alguma deficiência física.

QUERER: Não existe critério para que a escola aceite esses alunos pois é obrigação da escola aceita-los

FAZER: Nossa escola é prioritária no município a trabalhar com esses alunos a vários anos

DEDICAÇÃO: Não percebi uma preocupação do setor administrativo educacional, e das instituições sobre esse tópico. Mas acredito que deveria haver mais importância.

RFLETIR: Até onde eu sei, simplesmente matricula o aluno como um aluno sem necessidade especial, e não há um critério pré-estabelecido.

Dos cinco professores questionados, somente o educador “Fazer” forneceu uma resposta positiva acerca da inclusão, no que se refere ao setor administrativo. Ele cita a sua escola como prioritária, por ser receptadora de alunos com necessidades educativas especiais.

Em contradição, os educadores “Gostar”, “Querer”, “Dedicação” e “Refletir” disseram que suas escolas não utilizam nenhum critério para receber alunos diferenciados, e “Gostar” até cita a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), no que tange às questões de se manter apenas 25 alunos e um professor complementar.

De acordo com Baptista (2009, p. 146), os aspectos distintivos da política educacional italiana, em relação aos demais países que apresentam uma tendência de valorização das políticas inclusivas escolar, é seu caráter de abrangência, a educação especial amplia-se a partir das políticas abrangentes de escolarização, mas também da parte mais burocrática do regimento de uma instituição.

3.6 A preocupação das escolas em inclusão e acessibilidade andarem juntas

Perguntou-se para os professores, à respeito do espaço físico da escola, se este tem acessibilidade para alunos com NEE. Então, foi relatado o seguinte:

GOSTAR: Novamente, vem o infelizmente não há. Não tem rampa, ou banheiros, nem mesmo salas são adequadas, a estrutura da escola ainda é muito precária.

QUERER: Sim.

FAZER: Sim, nossa escola está preparada com locais acessível.

DEDICAÇÃO: Não, inclusive é notável isso no aspecto físico da escola. Por exemplo, há ausência de rampas para cadeirantes, não havendo auxílio no caso desses alunos.

REFLETIR: Não

Os docentes “Gostar”, “Dedicação” e “Refletir” relatam que seus ambiente de trabalho, não contam com a parte física acessível, principalmente aos cadeirantes, pois não possui rampas de acesso. Os educadores “Fazer” e “Querer” redigiram nos questionários, as instituições onde lecionam, e contam como são os locais de acessibilidade .

Na perspectiva de Beyer (2010, p.38), “a pedagogia inclusiva não deve se preocupar apenas com a constituição de estratégias de atendimento escolar para os alunos, porém, considerar o caminho que esses alunos possam percorrer dentro do ambiente como um todo”.

Já Nietzsche (2006, p.97) “defende uma educação estética, que cultive a sensibilidade, que valorize a vida e sua potência para ativar as forças apolíneas e dionisíacas nas realizações humanas: “Não se trata somente, de conhecer mais e melhor novas possibilidades e aspirações naqueles que estiveram dispostos a isso”.

A LDB, no que diz respeito a acessibilidade, no texto da lei: nº 9.394/96, artigo 59 , parágrafo IV, nos mostra que a educação especial para o trabalho, visa a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive as condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas , intelectual ou psicomotoras .

3.7 O ambiente escolar não se resume somente a sala de aula

Ao serem indagados sobre como os alunos com necessidades especiais são vistos pelo o corpo administrativo, obtivemos as seguintes colocações:

GOSTAR: Acredito que o administrativo nem pensa na possibilidade de melhoramento da estrutura física da escola, porque nós educadores sabemos que para incluir precisamos ajustar o espaço escolar para realizar realmente a inclusão. Porque incluir não é só matricular alunos com deficiências nas escolas regulares, incluir é gerar condições para que estes alunos com deficiências recebam uma educação integral e igualitária.

QUERER: Normalmente.

FAZER: Tanto o corpo docente, discente e administrativo, enxerga esses alunos como normais.

DEDICAÇÃO: Nesse ponto existe um bom relacionamento e preocupação.

REFLETIR: Infelizmente o aluno especial é visto como se não tivesse necessidade e alguma, isso quando não passa despercebido.

Como se pode observar, nos relatos sobre essa questão, percebeu-se bem divididas, as ideias discorridas, em relação ao espaço de inclusão escolar, pois este não se resume somente à sala de aula. O professor “Gostar” mostra o descaso para esse assunto, afirmando que o corpo administrativo nem pensa no melhoramento para atender os educandos especiais.

Os docentes “Querer, “Fazer” e “Dedicação”, conseguem enxergar com “bons olhos”, esse setor escolar. Eles dizem que os alunos com necessidades educativas especiais são vistos

como normais e mostram-se um tanto preocupados, pois procuram ter um bom relacionamento com os mesmos. O professor “Refletir”, por sua vez, é bem direto e preciso, afirmando que os alunos especiais são vistos, como se não tivessem necessidade alguma, vendo então, vários aspectos negativos a respeito da inclusão escolar.

Beyer (2010, p.39) “Enfoca, que a percepção pode também, construir-se, como prática educativa importante, e que é uma oportunidade para a cristalização de processos de preconceito e rejeição social”. Os preconceitos sociais derivados de processos, assim mal elaborados são particularmente nocivos, porque atingem a criança na formação da sua auto-imagem, o que se pode vir a se constituir num prejuízo ainda maior para a superação das dificuldades no âmbito escolar.

Sasaki,(1997, p.101) fundamenta que:

[...] é preciso lembrar que o pensamento racional nasce de um quadro político, econômico e social bem definido: o da cidade; e a própria cidade teve seu aparecimento marcado no momento de uma crise de soberania, num espaço social destituído da presença obsessiva do monarca minóico ou micênico, emblemático das dispostas orientais.

Não se trata apenas de uma experiência passiva, mas, sobretudo revolucionária, fundamentada no enfrentamento de práticas, discursos e valores, e compromissada com um pensamento crítico, que não se conforma com o já dito e já sabido, pelo contrário: rompe com ele, desconstrói paradigmas, desmancha preconceitos, busca novos horizontes, inventa-os (BAPTISTA, 2009).

3.8 A importância de se ter um professor auxiliar em sala de aula como apoio as práticas inclusivas

Perguntamos aos participantes, se ao trabalharem com alunos com necessidades especiais educativas especiais, contaram com um professor auxiliar:

GOSTAR: Não, professor auxiliar não, já tive ajuda, auxílio de uma estagiária temporária que me auxiliava prontamente.

QUERER: Sim, é de grande necessidade, pois precisam de atendimento individual.

FAZER: Sim, é de grande necessidade, pois precisam de atendimento.

DEDICAÇÃO: Não

REFLETIR: É a primeira vez que tenho em minha sala de aula um aluno especial. Infelizmente, dessa forma o trabalho se torna bem mais difícil.

“Gostar”, “Dedicação” e “Refletir”, enquanto educadores de crianças especiais, não tiveram auxílio de um professor auxiliar. Somos sabedores que é necessário esse apoio pedagógico para o melhor aproveitamento de um todo, no que se refere a inclusão em sala de aula .

Somente os professores “Querer” e “Fazer” mostraram-se felizes nas suas respostas, onde os mesmos tiveram como parceiros didáticos, um educador complementar, fazendo jus ao que está escrito, em se ter em sala de aula, alunos com necessidades educativas especiais.

De acordo com Lima (2007, p. 99), uma crítica mais séria à sala de aula é a pouca frequência de reforço. Para o autor, o reforço é de extrema importância e deve ocorrer imediatamente, após cada passo ou cada resposta desejada do aluno, a fim de que o resultado seja o mais eficaz possível, e estabeleça no aluno, definitivamente, um determinado comportamento. Na grande maioria dos casos, o estudante depende do professor para que isso aconteça, mas acabam por receber uma “resposta as suas respostas”, apenas quando essa “recompensa” não faz mais tanta diferença. O resultado: incompetência, fracasso, ansiedade, incerteza e a agressão característica de grande parte dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo um caminho trilhado, a fim de investigar se as escolas públicas de rede municipal de ensino Parnaibano estão, de fato, preparadas para receber alunos com necessidades especiais, podemos dizer que esta pesquisa, infelizmente, alcançou tal objetivo. O que se pode perceber é que a educação inclusiva vem sendo descaracterizada do seu contexto real, pois a cada questionamento feito é obtido como retorno da questão norteadora, que a grande maioria dos educadores não se acha apto a atender um aluno com necessidade especial, uma vez que os mesmos reclamam do fato, de não receberem capacitação eficiente e adequada, para habilitar efetivamente a inclusão. Os professores acrescentaram ainda, que as escolas não utilizam nenhum critério de acesso dos discentes com às necessidades educativas especiais, além disso, não conta com espaços físicos acessíveis, e que em salas de aula com quase trinta alunos, fica impossível ser trabalhado com eficiência, a inclusão.

A atual educação brasileira traz consigo enraizada, falhas “genéticas”, e não se pode tratar de uma patologia específica, se a educação como um todo não for melhorada. Jamais a educação inclusiva deve ser trabalhada como algo externo ou exceção. Ela é um problema interno e de fácil visualização, até para os leigos em educação.

Esta pesquisa trouxe como contribuição vários aspectos: no social, abriu mais os caminhos pensantes, mostrando em vários momentos, o quanto é necessário a inclusão de alunos com especificidades; como acadêmica do curso de Pedagogia, penso que por muitas vezes, se torna impossível realizar algo sem embasamento teórico, mas penso também que as palavras vão perdendo a força, no decorrer da prática, visto que se depara com a dura realidade das escolas. Pessoalmente, assimilei mais de perto, alguns fatores desconhecidos, como o grande despreparo dos profissionais de educação.

A coleta de dados ocorreu, em um período de duas semanas. Ao chegar às escolas, a receptividade foi a das melhores, principalmente com os gestores, incentivados pelo objetivo da pesquisa, que se trata da inclusão nas escolas. Durante todo o caminho percorrido, vimos a importância da grande responsabilidade dos questionados, em devolver todos os questionários devidamente respondidos, e principalmente pôde-se notar que os mesmos responderam com muita direção, ao que foi indagado. A assiduidade dentro da educação é muito importante, para que os fatos positivos de uma pesquisa acadêmica sejam concretizados, de forma clara e objetiva.

Não houve quase nenhuma limitação, para a efetivação dessa pesquisa, as escolas foram bem receptoras. O que às vezes não ficava muito claro era o interesse desses professores, em

responder os questionários, devido à falta de tempo, estimulando o desinteresse no campo teórico.

Foi complicado o embasamento das questões sobre o espaço físico acessível, campo administrativo e a importância de se ter um professor auxiliar em sala de aula, como apoio didático para com alunos especiais, porém, mostraram conteúdos, com as mais expressividades, acerca do assunto pautado. Assim, recorreu-se à várias fontes bibliográficas como artigos, livros, internet etc.

Em meio a estágios, projetos e greve acadêmica, que percorri nas escolas, no turno da manhã, em busca de respostas inquietantes, suspeitei às respostas que iriam ser dadas, pois a vida docente é uma luta diária. E esta pesquisa, só veio a afirmar os pensamentos, antes discriminados, e que quando deixar de ser acadêmica, e virar docente, estarei menos aquém da realidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto et.al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BERSCH, R. Tecnologia Assistiva e Educação Inclusiva. In: Ministério da Educação. **Ensaio Pedagógico do III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores**. Brasília, 2006.

_____, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Texto complementar distribuído em cursos de Tecnologia Assistiva. Disponível em [w.w.w. assistiva.com.br](http://www.assistiva.com.br), 2006.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/Seesp, 1994.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2007. (coleção Pedagogia e Educação)

KIRX, A. (trad.) Marília Zanella Sanviente . **Educação da criança excepcional**. 3ed. São Paulo: Martins fonte, 1996.

LIMA, Priscila Augusta; VIEIRA, Therezinha. **Educação inclusiva igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.176 p

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 5ed; São Paulo: Córtext, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. reimpr. São Paulo: Atlas 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas**. Bessana. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PIMENTA, S e Anastácio. **Docência em educação superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSA, Dalva E. Gonçalves et.al. (orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

SARTORETTO, Maria Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: wva, 1997. 176 p.

VENTURA, Luzia Cristina Giffoni. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. 2. ed. rev. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PROJETO DE PESQUISA

1. TEMA

Educação Inclusiva: a importância da escola estar preparada para receber os alunos com necessidades educacionais especiais.

2. PROBLEMÁTICA

Constitui-se como problema desse projeto, como as escolas estão preparadas de fato, para que seja um ambiente regular de ensino, e receptoras de alunos com necessidades educacionais especiais. Será que as escolas públicas de rede municipal de Parnaíba estão adequadas para uma inclusão participativa?

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- Investigar se as escolas públicas da rede municipal de Parnaíba estão preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais.

3.2 Objetivos Específicos

- Analisar os espaços físicos das escolas, que possuem alunos com necessidades educacionais especiais;
- Verificar se os professores foram preparados, para receber alunos com necessidades educacionais especiais;
- Avaliar como se dá o processo de acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola.

4. JUSTIFICATIVA

Considerando que de um modo geral as coisas e situações desconhecidas causam temor, assim a falta de conhecimento e preparo sobre as deficiências em muito contribui para que as pessoas com necessidades especiais por “ser diferente” serem ignoradas.

Mas ultimamente, as políticas públicas vêm tentando mudar essa situação, inserindo as crianças no ensino regular, já que pesquisas apontam que se as mesmas sejam colocadas no convívio de crianças “ditas normais”, se desenvolverão melhor. Fica sempre uma dúvida, voltada para à inserção dessas crianças, pois será que de fato, a escola como um todo, está preparada para fazer a tão conquistada inclusão, em que esta não se limita apenas à sala de aula? E os professores, estão capacitados para educar cada aluno, de acordo com suas especificidades?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em sua lei nº. 9.394/96, no artigo 59, parágrafo 1º, diz que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, técnicas, recursos educativos e organização par atender as suas necessidades”.

O que nos motivou a pesquisar sobre esse tema foi à curiosidade em sabermos, se as escolas de ensino regular estão preparadas para receber as crianças com necessidades educativas especiais, tornando assim um estudo de suma relevância. Buscaremos, dessa forma, verificar se as escolas que recebem alunos com necessidades de atendimento especiais estão aptas a oferecer meios para o desenvolvimento dos mesmos, no que se refere à professores e gestores preparados; espaço físico e material didático adequados.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Vários nomes, já foram intitulados aos alunos com necessidades educativas especiais, mas ainda há bastante coisa que precisa ser estudada, para que algum termo, talvez seja de valia ou não, já que a cada dia, novas pesquisas são avançadas em torno desse assunto. Mas para os estudiosos da área, o que diferencia a criança considerada normal das que possuem alguma deficiência, são suas características mentais, neuromotoras ou físicas, suas capacidades sensoriais, de comunicação, seu comportamento social, ou suas múltiplas deficiências.

De acordo com **Mazzota** (2006), o atendimento escolar aos portadores de deficiência teve início no Brasil, na década de 50, do século passado. Foi precisamente em 12 de

setembro de 1854, que a primeira providência, neste sentido, foi se concretizar por D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº. 1428, fundando na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Intitulado de meninos cegos. Durante todo esse período foram instalados vários Institutos, nos quais se criaram oficinas de sapataria, encadernação para os meninos cegos e tricô para as meninas, além de pautação para meninos surdos.

O professor especializado para atuar com esta clientela, precisa participar de todas as ações, debatendo com o professor de ensino regular, e colaborando com o planejamento em todas suas fases de elaboração, execução e avaliação. Desta forma, ambos terão a oportunidade de socializar os seus saberes específicos e de integra-se com os docentes especialistas da área. Seria relevante, a formação de uma equipe multidisciplinar na escola de ensino regular, com a finalidade de melhor atender, o desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais.

É interessante ressaltar, que não bastam só bons profissionais, mas sim, um espaço físico com acessibilidade, adaptações de materiais didáticos, sabendo como usá-los, ou seja, a sua utilidade tem muito a contribuir. Todos esses investimentos, porém, se concretizam apenas, na dedicação do trabalho, nas leituras, na busca de alternativas pedagógicas que beneficiem e enriquecem com a experiência.

De acordo com Pimenta (2002, p.131-132):

O trabalho docente com portadores de necessidade especiais na contemporaneidade deve combinar estes dois aspectos o profissional e o intelectual para isso se impõe o desenvolvimento da capacidade de elaborar conhecimentos. Dessa maneira, durante a formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas com a elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos e programas que propiciem a profissionalização, valorização e identificação do docente.

Para que haja um desenvolvimento dos alunos, o profissional não pode ter limitações de conhecimentos prévios da educação, já que o professor deve ser um instigante pesquisador, para não ficar nas mesmices dos temas “não- renováveis”. Afinal, sabemos que o aluno com necessidades educativas especiais, não tem condições de ser recebido em um ambiente escolar, cujas escolas não dispõem de espaço físico adequado a esses alunos.

A escola tem como compromisso ético, a preparação de cidadãos capazes de assumir responsabilidades no futuro, tendo o papel importante de inserir em um contexto, que ressalta a prática educativa, tida como um processo social e amplo, e que envolve às apresentações sociais.

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
DISCIPLINA: PRÁTICA EM PESQUISA

QUESTIONÁRIO

01- Qual a sua idade?

- 15 à 25 30 à 36
 25 à 30 outros

02- Qual o seu grau de escolaridade?

- Ensino Superior completo
 Mestrado
 Ensino Superior incompleto
 outros

03- Você se acha apto a atender um aluno com necessidade especial?

04- Você recebe alguma capacitação para este atendimento?

05- O que você acha da inclusão atual, que diz que o aluno com necessidades especiais devem estar inseridos nas salas de ensino regular, para o seu melhor desenvolvimento?

06- O município oferece algum tipo de capacitação, para que o professor esteja habilitado a tornar a inclusão uma tarefa não fictícia?

07- Qual o critério, que sua escola usa para que haja o acesso de alunos com necessidades especiais em salas de aula do ensino regular?

08- Para ocorrer à inclusão, dentro do espaço físico escolar, é necessário que haja também acessibilidade. A sua escola tem essa preocupação, com as condições de acesso dos alunos com necessidades especiais educacionais?

09- Sabemos que o ambiente escolar, não se resume somente à sala de aula. Como o corpo administrativo, enxerga um aluno com necessidades especiais dentro de uma escola?

10- Em uma sala de aula, que tem um educando com necessidades especiais é necessário ter um auxiliar. Durante seu tempo como professor, você já teve esse tipo de ajuda, por parte da secretaria de educação?

ANEXO

ANEXO A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGÓGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto de pesquisa: A importância da escola está preparada para receber os alunos com necessidades educativas especiais.

Autora do projeto: Dênnia Karoline Magalhães Sousa

Telefone para contato: (86) 3322-1955 9427-9730

Você está sendo convidada (a) para participar, como voluntária (a), em uma pesquisa que será utilizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí Campus Alexandre Alves de Oliveira, sob orientação do professor Francisco Muniz Maranguape, e precisa decidir se quer ou não. Leia cuidadosamente este termo e pergunte a responsável pelo estudo qualquer dúvida que tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações, e no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a), nem pressionado(a).

A pesquisa tem o objetivo de investigar se as escolas públicas da rede municipal de Parnaíba estão preparadas para receber alunos com necessidades educativas especiais, analisando assim os espaços físicos, a capacitação dos professores e o processo de acesso dos educandos com necessidades especiais por meio de questionários semi-abertos direcionados a professores das Escolas Coração, Fidelidade e Cumplicidade de Parnaíba-Pi. As respostas serão sigilosas, o acesso a estas será exclusivo para a pesquisa e o professor orientador dessa pesquisa.

Esta pesquisa não trará quaisquer riscos, prejuízos, desconfortos, lesões. Portanto, não prevê formas de indenização, ou ressarcimento de despesas. Também não trará benefícios diretos para o participante. Entretanto, indiretamente será dada a contribuição na medida em que se conduzam novos conhecimentos a respeito do tema em questão.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso á responsável pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Se você concorda em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e você terá o direito de retirar o consentimento em qualquer momento do andamento da pesquisa, sem qualquer ônus.

Eu _____
abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa: A importância da escola está preparada para receber os alunos com necessidades educativas especiais. Fui suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o mesmo. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimento permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso ao estudo. Concordo voluntariamente em participar desde estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo.

Local e data

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido desde sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Parnaíba, _____ de _____ de _____.

Assinatura do pesquisador responsável